

EX TROPICIS



INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Spot News

Semana de 25 a 31 de março, 1992

DESMATAMENTO

Desmatamento na Amazônia Legal brasileira tem redução de 20%

A Amazônia Legal Brasileira teve no ano passado 11.100 quilômetros quadrados de sua floresta devastada, o que representa uma redução de 20% em relação a 1990, quando a área desmatada foi de 13.800 quilômetros quadrados, revelou o último relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgado na sexta-feira passada pelo secretário de Ciência e Tecnologia, Edson Machado. Para o governo brasileiro, segundo ele, os números do Inpe melhoram a posição do Brasil na Rio 92. "É um fato altamente favorável e como consequência as cobranças externas serão menores", acredita. A floresta amazônica possui uma área de 3,9 milhões de quilômetros quadrados e a Amazônia Legal tem 4,9 milhões de quilômetros quadrados. A área devastada em 1991 corresponde a 0,3% do total. O relatório apontou que ano passado aumentou o número de focos de queimada em todo País - com maior incidência na região Centro Oeste -, o que, segundo o diretor do Inpe, Gylvan Meira, não significa que a área queimada foi maior. "Em geral os agricultores desmatam, o que já é registrado, e depois queimam".

Para o secretário Edson Machado, a queda na taxa de desmatamento - registrada ano a ano desde 1989 - ocorreu devido a dois fatores: primeiro, a ação do governo, que aumentou a fiscalização e principalmente porque acabou com os incentivos fiscais para agricultores da região amazônica; segundo, porque há de fato uma maior conscientização de toda sociedade e do próprio governo. A técnica utilizada para o levantamento está baseada na comparação das imagens sobre a região de florestas em anos distintos, o que permite o mapeamento da evolução do desmatamento com muitos detalhes, "até da ordem de 100 metros, na prática", disse Gylvan.

Edson Machado comparou os números do Inpe com os dados apresentados pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), que apontou uma devastação de 170 mil quilômetros quadrados de florestas tropicais no mundo, sendo 68 mil na América do Sul, em 1990, sem detalhar por países. Segundo Gylvan Meira, o estudo da FAO é baseado em pesquisas, enquetes e questionários enviados aos países, o que não assegura um resultado preciso. O Brasil é o único país ao qual a FAO solicita os dados obtidos através do satélite americano LANDSAT 5, por considerar que os registros são corretos e legítimos. Como em 1990 a devastação no Brasil, que tem um terço da floresta tropical da América do Sul, foi de quase 14 mil quilômetros quadrados - números aceitos pela FAO - o Inpe considera incorreta a avaliação do organismo da ONU de que foram devastados 68 mil quilômetros quadrados no Continente.

PREPCOM

Reunião preparatória para a Rio 92 não chega a consenso sobre Convenção de Mudanças Climáticas e Agenda 21

Faltam apenas alguns dias para o fim da última reunião preparatória para a Rio 92, que está sendo realizada em Nova York, mas os negociadores ainda não chegaram a um acordo em dois dos pontos mais importantes da conferência da ONU: a Convenção de Mudanças Climáticas e a Agenda 21. A Convenção de Mudanças Climáticas pretende fixar limites para a emissão dos gases que estão provocando alterações significativas no clima do planeta, principalmente o CO₂ (dióxido de carbono); e o CFC (clorofluorcarbono), principal gás destruidor da camada de ozônio da atmosfera. A questão do CFC está praticamente resolvida. Os países desenvolvidos concordam em eliminar o produto a partir de 1995 e os países em desenvolvimento deverão fazê-lo no ano 2010.

A questão do CO₂ é a mais polêmica: a Convenção pretende fazer com que os países desenvolvidos cheguem ao ano 2000 com os mesmos níveis de emissão de 1990. Todos os países desenvolvidos já concordaram com o limite, menos os Estados Unidos, o maior emissor. O governo norte-americano alega que não há consenso científico sobre o efeito estufa. Os cientistas dizem que a elevação da temperatura da Terra no último século e a relação entre o CO₂ e a elevação de temperatura são incontestáveis.

Mas explicam que não há acordo sobre dois aspectos do problema: as consequências do efeito estufa no planeta e a vinculação exclusiva do efeito estufa à atividade humana, já que fenômenos como a erupção vulcânica liberam uma enorme quantidade de CO₂ na atmosfera. Mas o principal argumento do governo norte-americano é econômico: reduzir as emissões significa buscar maior eficiência energética e, em alguns casos, substituir os combustíveis, já que o CO₂ é liberado durante a queima de petróleo e carvão. Isso implica em grandes investimentos, diz Bush, que em meio à campanha eleitoral não pretende agravar a crise econômica do país. Também por questões econômicas, as negociações para a Agenda 21 estão muito difíceis.

O documento pretende traçar um plano de ação para que o mundo adote um novo modelo econômico capaz de garantir a conservação da natureza. Os países do terceiro mundo acham que o documento só terá sentido se incluir um compromisso financeiro, ou seja, a transferência obrigatória de recursos do primeiro mundo para o terceiro. Os primeiros cálculos, apresentados durante a reunião de Nova York, mostram que seria necessária a transferência anual de recursos de US\$ 120 a US\$ 160 bilhões para programas ambientais nos países em desenvolvimento.

RIO 92 - DENÚNCIAS

TCU vai investigar contratos do órgão responsável pela Rio 92

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu investigar todos os contratos assinados pelo Grupo de Trabalho Nacional (GTN), órgão responsável pela organização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. As investigações ocorrem após denúncias de irregularidades que causaram o pedido de demissão do coordenador-geral do GTN, Luiz Octávio Themudo. Os contratos da GTN, que envolvem recursos de 40 bilhões de cruzeiros, foram requisitados esta semana por técnicos do TCU diretamente aos auditores da Secretaria de Controle das Estatais (Ciset) que atuam junto ao GTN.

A decisão do TCU contraria a posição do secretário demissionário da Administração Federal e presidente do GTN, Carlos Garcia, que apesar das denúncias descartou a necessidade de investigar a contratação de empreiteiras para a realização das obras de adaptação do Riocentro para a Rio 92. O secretário-executivo do GTN, diplomata Flávio Perri, disse que a decisão do TCU não tem relação com as denúncias divulgadas pela imprensa. "É uma atitude rotineira do órgão", disse Perri. O diplomata divulgou nota oficial procurando atribuir ao próprio GTN a iniciativa pelas investigações que serão realizadas pelo TCU.

Segundo a nota, no dia 16 de março, o secretário-executivo do GTN "visitou o presidente do TCU para estabelecer um primeiro contato de maneira a ensinar-lhe o acompanhamento dos trabalhos do GTN". As suspeitas de irregularidades nos contratos assinados pelo GTN foram levantadas também pelos auditores Ciset. Desde julho do ano passado, pelo menos 30 ofícios e dois relatórios foram encaminhados a Brasília por técnicos da Ciset que atuam junto ao GTN. Os documentos fazem críticas as contratações feitas pelo governo e levantam dúvidas sobre a legalidade de vários contratos.

A maioria dos relatórios está assinada pelo auditor Sérgio Mendes, que há dez dias pediu afastamento do cargo, alegando dificuldades em ter acesso aos contratos assinados pelo GTN. Em entrevista coletiva na sede do GTN, Flávio Perri reagiu às críticas feitas pela auditora do Ciset, Jacira do Rego Barros, que desmentiu que as contas do GTN estivessem sendo previamente analisadas pelo Ciset, conforme afirmara Carlos Garcia. "Ela chegou há apenas 10 dias e desconhece o que vinha sendo feito", disse Perri. A auditora também foi advertida de que poderia responder a inquérito administrativo se continuasse a dar entrevistas à imprensa.

CORRUPÇÃO

Divulgados os nomes dos demitidos do Ibama por corrupção

Foram divulgados na semana passada os motivos das demissões dos funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Diário Oficial da União informa que o Presidente da República resolveu "demitir" José Olavo de Oliveira, "por exercer comércio", e Nazildo dos Santos, "por ofensa física em serviço a servidor, lesão aos cofres públicos e valimento do cargo para lograr proveito próprio em detrimento da dignidade da função pública". Nilton Costa Ribeiro sofreu a mesma punição por "haver praticado lesão aos cofres públicos".

Lutzenberger será convocado a depor na Câmara

O ex-secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, será convocado para depor na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados. Também serão convocados os ex-presidentes Ibama, Eduardo Martins e Tânia Munhoz; o secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, e a recém-nomeada presidente do Ibama, Maria Tereza de Jorge Pádua.

TCU vai realizar auditoria no Ibama

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai realizar uma auditoria operacional no Ibama. A proposta de investigar a atuação do instituto foi encaminhada pelo ministro Fernando Gonçalves ao presidente do tribunal, Carlos Átila. A auditoria deve terminar antes da Rio 92. A intenção do ministro Fernando Gonçalves é a de elaborar um amplo relatório sobre as denúncias de irregularidades e corrupção que teriam sido praticadas por antigas administrações do Ibama. O Ibama e a secretaria do Meio Ambiente estão sendo investigados por uma comissão de sindicância criada um dia antes da saída de Lutzenberger. O secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, reduziu de 30 para 15 dias o prazo para a comissão apresentar um relatório.

Superintendente do Ibama do Espírito Santo é demitido

A presidente do Ibama, Maria Teresa Jorge Pádua, demitiu na semana passada o superintendente do Ibama no Espírito Santo, Carlos Ribeiro Santos e mandou abrir inquérito para apurar denúncias de irregularidades e corrupção. Maria Teresa disse que a área de fiscalização será reforçada no Ibama porque a falta de controle é que tem motivado as irregularidades e a corrupção no órgão. O delegado da Polícia Federal, Aparecido Feltrin,



será o responsável pelo departamento de fiscalização do Instituto. Além de empregar parentes em cargos de confiança, o superintendente demitido é acusado de irregularidades na gestão dos recursos, no perecimento de pescado apreendidos pelo Ibama e na aprovação irregular de requerimentos para companhias siderúrgicas locais relativos ao Plano Integrado de Floresta e Indústria (PIFI). A procuradoria jurídica do Ibama tem 60 dias para apresentar os resultados do inquérito.

ÍNDIOS

Cimi denuncia aumento da violência contra os índios

A violência contra o índio no Brasil está aumentando desde 1989, revelou o relatório anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que em 1991 registrou 27 assassinatos (contra 13 em 1990), 21 suicídios e mais 206 mortes decorrentes de surtos ou epidemias. O relatório, divulgado na semana passada na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aponta que a principal causa dos assassinatos ainda é a questão ligada à terra e que os índios foram mortos a tiros, facadas e até pauladas por invasores de seus territórios e garimpeiros.

O presidente do Cimi, dom Aparecido José Dias, acusou o governo Collor de reduzir a assistência aos povos indígenas. A prova disso, de acordo com o Cimi, é que o governo destinou à Fundação Nacional do Índio (Funai) Cr\$ 6,1 bilhões, o que corresponde a menos de 7% do que foi solicitado para o orçamento desse ano. O relatório do Cimi será encaminhado à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério da Justiça e Polícia Federal, para que sejam adotadas providências.

Elaborado plano para retirada de garimpeiros das terras indígenas

O governador do Mato Grosso, Jaime Campos (PFL), reuniu-se na semana passada, em Brasília, com técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), para tratar da retirada de aproximadamente seis mil garimpeiros que invadiram a reserva indígena dos Nambiquaras, no Sudoeste do Estado. Segundo a direção da Funai já foi elaborado um plano para retirar os invasores do local, que contará com a participação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), governo estadual e Polícia Federal. Apesar da invasão ter se dado há mais de 40 dias, a Funai desconhecia qualquer conflito entre os indígenas e os invasores até a semana passada.

Uma criança morre por dia na aldeia do Povo Potiguara

O Grupo Mulher-Educação Indígena-Grumin - com assento nas Nações Unidas e membro coordenador do Comitê Inter-Tribal 500 anos de Resistência, participante da Rio 92, está denunciando a situação do Povo Potiguara, no Estado da Paraíba. São cerca de cinco mil pessoas habitando 16 aldeias que enfrentam séria crise de sobrevivência devido à poluição dos rios que antes lhes fornecia alimentos. Atualmente nestas aldeias, está morrendo uma criança por dia.

Conforme o chefe do posto Potiguara, índio Marcos Antônio Santana dos Santos, os Potiguaras se sentem impotentes diante de tal situação. Além da falta de alimentação não recebem qualquer assistência médica e social por parte das autoridades. De acordo com o documento do Grumin, a participação na Rio 92 dará aos Potiguaras condições de discutir abertamente "a violência a que são submetidos".

ECOSUL

Participantes da Eco Sul querem unificar política ambiental

Representantes de 43 organizações não-governamentais do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, reunidos na semana passada em Foz do Iguaçu na Conferência sobre Mercosul, Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços (Eco Sul 92), querem a unificação das políticas ambientais de todos os países do Mercosul. A proposta prevê a criação de um Conselho de Meio Ambiente reunindo representantes dos governos e organizações não governamentais (ONGs) desses países. Os participantes do encontro decidiram também pela criação de uma agenda comum de educação ambiental e de um fórum permanente de ONGs dos países do Mercosul.

A unificação das leis ambientais, contudo, não foi bem recebida por todos os membros da reunião. O presidente da Sociedade de Defesa do Pantanal, Nilson Barros, por exemplo, acha que mesmo no Brasil é preciso dar mais autonomia aos Estados para legislar. "Um país como o Brasil não pode desconsiderar suas diferenças", afirmou. Mas para o coordenador do encontro das ONGs e presidente da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná, Luiz Miguel Justo da Silva, apesar das deficiências "o Brasil poderá dar uma grande contribuição aos demais países do Mercosul, por ter uma legislação mais moderna e rigorosa quanto à exploração dos recursos naturais".



SEMINÁRIO

Garaudy critica escravização da natureza

O filósofo francês Roger Garaudy, 79 anos, foi a grande estrela do 1º Seminário Internacional de Trabalhadores e Meio Ambiente, realizado na semana passada no Centro de Tecnologia Mineral, na Ilha do Fundão, no Rio. Garaudy atacou a sociedade europeia moderna, que na sua opinião "escraviza a natureza", e os Estados Unidos, que "exercem hoje a dominação mundial militar, econômica e cultural e são a expressão mais sistemática do apodrecimento da História".

Para que as relações de trabalho e meio ambiente possam ter caráter menos negativos para o homem, os integrantes do seminário elaboraram um documento com sugestões para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

Um dos fundadores do Partido Comunista Francês na década de 60, Garaudy sempre abordou teorias marxistas, o que o levou a publicação de "Perspectivas do Homem", um dos seus livros mais famosos. No seminário, ao lembrar que segundo Marx, "o reino da liberdade começava com a redução da jornada de trabalho", Garaudy comentou que a Europa, a partir do século XVI, transformou o tempo destinado ao lazer em momentos para a "recuperação das forças que se esgotam no ritmo geral da vida". Na opinião do filósofo, na Europa, "parece notável que os gigantescos progressos técnicos não sirvam para a libertação do homem".

NOTAS

Litoral norte de São Paulo prepara turismo ecológico

Os quatro municípios do litoral norte paulista (São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela) estão se unindo aos municípios do Alto Vale do Paraíba formando um consórcio para desenvolver uma política integrada de turismo ambiental nestas regiões. O parceiro destes municípios no consórcio é a Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Segundo o Gerente de Planejamento do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Cesp, geógrafo Paulo Noffs, "não só a represa de Paraibuna corre o risco de ser assoreada se não houver a preservação de suas margens, como a própria empresa tem uma dívida em relação aos municípios prejudicados com sua construção". O projeto da represa de Paraibuna, datado da década de 50, implantado no governo de Castelo Branco, sacrificou os municípios de Redenção da Serra e Natividade da Serra, que foram parcialmente inundados. "Nossa proposta é oferecer apoio técnico às alternativas de desenvolvimento econômico aos municípios que têm em comum a Serra do Mar nos seus territórios. E o turismo ambiental é uma ótima opção". O consórcio abrange também São Luiz do Paraitinga, Lagoinha, Paraibuna e Cunha.

CHERNOBYL

Carne de Chernobyl não foi vendida em leilão

A "carne de Chernobyl" como já estão conhecidas as 7.200 toneladas de carne bovina compradas pelo governo Sarney em 86 da antiga União Soviética, não foram vendidas no leilão da Bolsa de Cereais, realizado na semana passada. O último lance do único comprador interessado, René Tadeu Lopes, da trading Especial Meat, foi de Cr\$ 558,00 o quilo, mas a Cohab não aceitou a oferta, pois o quilo da carne está sendo comercializado a um preço médio de Cr\$ 3.000,00. "Recebi esse pedido do Oriente para comprar a carne. Lá iriam vendê-la como ração animal; mas já estava ficando caro. Esta carne é polêmica, dificilmente sairá com um preço normal", disse René.

PRÊMIO

Brasileira recebe prêmio Global 500

A brasileira Anésia Schmidt, de 84 anos, vai receber o Prêmio Global 500 de 92, uma distinção da Unef, organismo da Organização das Nações Unidas (ONU) sediada no Quênia, que anualmente homenageia as 500 pessoas que mais se destacaram na defesa e pesquisa do meio ambiente no mundo todo. O trabalho premiado é desenvolvido há 50 anos em conjunto com o marido, o imigrante alemão naturalizado brasileiro Wolfgang Schmidt, de 86 anos. Desde 1942 o casal tem se dedicado a cultivar diferentes espécies de árvores nativas e aclimatadas nos 124 alqueires da Fazenda Santa Mônica, localizada no distrito de Joaquim Egídio, interior de São Paulo. Juntos, Anésia e Wolfgang já plantaram cerca de 12 mil árvores de 118 espécies diferentes. Outros brasileiros já receberam o prêmio Global 500 da ONU, foram o líder dos seringueiros Chico Mendes, assassinado em 88, o deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP) e o deputado estadual Carlos Minc (PV-RJ).